	Ação Educativa Documentação
Código:	<u>UNP.070</u>
	<u>18/10/96.</u>

Uso no Programa

## O ENSINO NOTURNO E O ESTUDANTE TRABALHADOR

Maria Clara Di Pierro Siqueira\*

### 1. Introdução

Nos anos recentes ganhou relevância a temática do ensino noturno de 1o. e 2o. graus, regular e supletivo, uma vez que ele vem se constituindo na prática na alternativa de escolarização dos jovens e adultos trabalhadores.

A configuração do ensino noturno como educação dos trabalhadores resulta de diversos fatores. Nas quatro últimas décadas foram intensos o crescimento populacional, a urbanização da população e modernização da economia brasileira, fazendo com que o ingresso no mercado de trabalho formal passe a requerer dos trabalhadores crescentes níveis de escolarização. A democratização formal da educação no Brasil verificada nesse período não assegurou o acesso e permanência na escola de grandes parcelas das crianças das camadas populares. A falta de escolas e vagas escolares, especialmente nas zonas rurais e na Região Nordeste do país, combinada à necessidade de trabalho precoce de crianças e jovens nascidos em famílias de baixa renda fez com que milhões de brasileiros fossem privados de seu direito à educação básica.

A expansão do sistema escolar não foi acompanhada por investimentos compatíveis na melhoria das condições de ensino, formação e valorização do magistério, resultando na degradação crescente da qualidade do ensino, elevadas taxas de evasão e repetência e, conseqüentemente, índices de escolarização da população muito baixos. Com a insuficiência de vagas para atender a demanda por escolaridade básica em oito séries (como determinou a Lei 5692/71) na faixa etária de 7 a 14 anos, o período noturno foi o desaguadouro de grande parte do ensino de 2o. grau, das séries finais do 1o. grau e de toda a educação básica de jovens e adultos. A desigual distribuição de renda somada à crise econômica, por sua vez, impeliu a juventude brasileira a ingressar no mercado de trabalho cada vez mais cedo, restando-lhe o horário noturno como única alternativa para freqüência à escola.

Reconhecendo esse processo, a Constituição de 1988 ampliou o direito à educação básica gratuita para toda a população (independentemente de idade) e obrigou o Estado a oferecer ensino noturno regular, adequado às condições do educando.

-----  
\* Assessora do Programa de Educação e Escolarização Popular do CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação  
Av. Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo/SP - (011)825-5544  
-----

Os diagnósticos sobre o ensino noturno, porém, têm apontado sérios problemas relacionados à inadequação da escola noturna à população trabalhadora que a frequenta, resultando em alarmantes índices de evasão e repetência e num sentimento generalizado entre estudantes e educadores de insatisfação com as condições e qualidade do ensino.

## 2. Quem é o estudante-trabalhador do ensino noturno?

Uma caracterização genérica, baseada nas pesquisas existentes, diria que o estudante brasileiro do curso noturno é um trabalhador de ambos os sexos, relativamente jovem (predominando idades entre 16 e 25 anos), de baixa renda (com salários mensais inferiores a 2 salários mínimos), que ingressou precocemente no mercado de trabalho (por volta dos 13 anos de idade). A condição de trabalhador precede a de estudante: a escola ocupa em sua vida lugar secundário em relação ao trabalho, já que é o trabalho que assegura sua sobrevivência e lhe permite estudar.

Nesse universo social amplo, convive uma grande diversidade de sujeitos. Um primeiro tipo é o migrante rural-urbano ou inter-regional que teve nenhuma ou reduzida escolarização no local de origem e que necessita iniciar, prosseguir ou concluir a escolaridade básica para ingressar ou melhorar seu posicionamento no mercado de trabalho formal. Este segmento social ainda é maioria no ensino supletivo. Oriundos de uma cultura rural, esses trabalhadores-estudantes possuem uma representação tradicional da instituição escolar: respeitam e até mesmo mistificam o conhecimento acadêmico e a autoridade do professor. Por terem passado longos anos longe dos estudos, não têm desenvolvidas habilidades escolares e são relativamente lentos no aprendizado. Os conteúdos escolares, definidos a partir de uma cultura urbana, são distantes de seu universo sócio-cultural.

O jovem urbano morador da periferia, impelido pela pobreza ao trabalho precoce, é a maioria no ensino regular noturno. Marcado por experiências negativas na escola regular diurna (punições, reprovação, evasão, discriminação, exclusão, etc), possui uma representação de escola negativa e assume uma atitude agressiva em relação às normas escolares. Deslocando-se quase imediatamente do ensino diurno para o noturno, tem hábitos escolares adquiridos e aprende com relativa rapidez. Nascido em um período de crise econômica e forjado em uma cultura de massa combinada a códigos juvenis da rua, luta para obter símbolos de consumo associados à juventude (música, roupa, esporte, linguagem) e é cético quanto às perspectivas de vida.

*não só*

*→ hoje seria bom confiar*

*→ p/ eles, a escola tem significado*

*→ não socializados na escola do G*

*nao se*

Em ambos os segmentos vamos encontrar uma maioria de jovens (homens e mulheres) pobres e negros, estigmatizados pela discriminação racial e social. Uns reagem ao estigma introjetando os valores sociais que atribuem os fracassos escolares ao indivíduo, rebaixando sua auto-estima; outros reagem ao preconceito com agressividade e exacerbação dos signos de diferenciação sócio-cultural ("as feras da periferia").

Verifica-se em períodos mais recentes a participação crescente no ensino noturno de segmentos empobrecidos da classe média que, tendo que trabalhar para completar a renda familiar, defendem-se da perda do status social alimentando expectativas de ascensão individual pela via educacional.

### 3. O significado da escola para o trabalhador-estudante

O valor do conhecimento/saber escolar não está pré-determinado pelo contexto social. Para grande parcela desses jovens que vão à escola noturna, a cultura e o saber que a escola tradicionalmente veicula têm pouco ou nenhum valor intrínseco. Ela é um instrumento à consecução de outros objetivos: a obtenção do diploma necessário à competição no mercado de trabalho; a aquisição de signos culturais distintivos do ambiente urbano e da classe social dominante; a "ilusão" de ascensão social pela via da instrução; a preservação de um status social; etc.

No entanto, não são estes mesmos objetivos perseguidos pelos educadores, que valorizam a relação educação-cidadania-desenvolvimento na elaboração do projeto pedagógico da escola. Cabe aos educadores propiciar a descoberta desses valores no processo de ensino-aprendizagem, transformando-o em uma experiência prazerosa e gratificante. A adesão ao projeto cultural e pedagógico da escola é meta e não requisito.

Por outro lado, o espaço social que a escola representa para esses jovens tem enorme valor intrínseco. A escola é o ponto de encontro entre iguais; diferentemente do trabalho, é um espaço de relativa liberdade de palavra e pensamento; é um espaço para expressão da afetividade que falta na família, para encontrar amizades e namorar, para escapar da solidão e encontrar alguma forma de divertimento. Nossa escola pública tem sistematicamente negado esta dimensão, impondo normas rígidas de comportamento, estabelecendo relações autoritárias, restringindo os espaços de convívio social, negando as dimensões afetiva e social do processo de ensino-aprendizagem.

Creemos ser possível reduzir a evasão escolar, conquistar adesão ao projeto cultural e pedagógico, melhorar o relacionamento professor-aluno e escola-comunidade, bem como enriquecer o currículo mediante a simples aceitação do fato de que a escola noturna é um espaço de vida social para o

hoje, parece  
gãba

trabalhador-estudante. Isso implica: democratizar as relações no interior da escola e flexibilizar as normas de conduta no ambiente escolar, aproximando-as dos comportamentos típicos da juventude; incentivar a organização dos alunos em grêmios, atividades esportivas, promoção de festas, excursões, etc; planejar e organizar atividades sociais de expressão e enriquecimento cultural: teatro, música, estudos de meio, debates sobre temas atuais, feiras de ciências, mostras culturais, exposições e outros eventos.

### 3. é necessário reconstruir a escola noturna

O modelo de escola construído na nossa sociedade opõe tempo de trabalho e tempo de estudo, pois foi concebido como preparatório ao ingresso no mercado de trabalho e não concomitante a ele. É necessário repensar profundamente este modelo, tanto nos aspectos organizativos como pedagógicos.

*problema* { O aluno do noturno realiza jornadas diárias de trabalho de 8 a 10 horas, acrescidas do tempo dedicado ao transporte e afazeres domésticos. O cansaço, problemas frequentes familiares e de saúde, dificuldades de transporte, insegurança no trajeto escola-casa e a falta de tempo para estudar são fatores que contribuem para o baixo rendimento escolar a elevada evasão verificados nos cursos noturnos. Compreender que o aluno é um trabalhador-estudante implica adotar medidas de natureza administrativa e pedagógica.

*nao* { No campo teórico, muito se tem discutido em torno das relações entre trabalho e educação, resgatando o trabalho como princípio educativo e apurando conceitos como o de politecnia. Esta é uma discussão complexa que mal se inicia. As experiências práticas desenvolvidas com algum sucesso no ensino regular e supletivo permitem, por ora, vislumbrar um conjunto de medidas administrativas e pedagógicas urgentes, algumas das quais indicarei como pontos para uma discussão. *aqui eu acho que não*

#### A) Medidas administrativas:

- reduzir a jornada diária de estudo, que hoje é de 4 h;
- flexibilizar os horários de entrada na escola;
- reduzir o parcelamento do trabalho escolar, adotando o modelo de aulas duplas;
- conceber a aula como unidade "total" de trabalho, admitindo que o tempo para estudo fora da escola é mínimo;
- repensar o sistema seriado anual, buscando formas mais flexíveis como a semestralidade ou modularização do currículo.

## B) Questões pedagógicas:

A questão cognitiva: superar os preconceitos disseminados por certas correntes de pensamento psico-pedagógico que atribuem ao estudante oriundo das camadas populares limitações cognitivas. Reconhecer não só que ele é cognitivamente capaz e portador de cultura, como admitir que sua experiência de vida extra-escolar é significativa, enriquecedora e fonte válida de conhecimento. Pesquisar o universo cultural, as estratégias cognitivas e as modalidades específicas de pensamento desse grupo social. Compreender que este aluno teve poucas oportunidades para desenvolver habilidades e hábitos escolares, cabendo à escola-noturna suprir essas lacunas.

A questão curricular: qualquer currículo é uma seleção de conhecimentos, determinada pelo contexto histórico e social. O currículo tradicional do ensino de 1o. e 2o. graus foi concebido tendo por parâmetro uma escola do passado que só absorvia segmentos médios da população visando a preparação para o vestibular. Este não é o destino social da maioria dos estudantes trabalhadores, embora seja aspiração de grande parte deles. Os currículos tradicionais supõem estar "preparando o estudante para o mundo do trabalho", mas o estudante do noturno já é um trabalhador. É necessário reorganizar o currículo tomando o trabalho como princípio educativo e realizar a seleção de conteúdos com dois critérios básicos: de um lado, a estrutura de cada disciplina (os processos de pensamento principais, os conceitos fundantes) e, de outro, a relevância e significação desses conteúdos para os alunos, preservando sempre uma visão histórica da produção científica e cultural da sociedade. Esta seleção requer do professor profundo conhecimento da disciplina específica e criatividade na formulação de metodologias de ensino.

A questão metodológica - a experiência acumulada no ensino noturno de jovens e adultos trabalhadores tende a valorizar os seguintes procedimentos:

- ênfase no desenvolvimento das formas de pensamento e expressão em detrimento da mera transmissão e acúmulo de informações. Essa diretriz não se contrapõe à necessária garantia de acesso aos conhecimentos básicos das disciplinas.

- privilegiar a re-construção dos conceitos e conhecimentos sistemáticos das ciências a partir da cultura do aluno;

- basear o trabalho na atividade e participação do aluno, em busca da crescente autonomia no estudo;

- sempre que possível, elaborar produtos concretos que sintetizem ou expressem o conhecimento adquirido e que sejam passíveis de socialização.

Relação professor-aluno - padrões democráticos de relacionamento, baseados nos seguintes princípios:

- respeito à capacidade cognitiva e atitude investigativa diante da cultura e formas de pensamento do aluno;


- relação horizontal e dialógica, com reconhecimento dos papéis diferentes que professor e aluno têm no contexto escolar;

- assunção do papel de coordenação do processo de ensino-aprendizagem, o que implica em iniciativa e planejamento do trabalho escolar;

- garantia das condições de trabalho da maioria, preservando a disciplina fundada no trabalho;

- garantia do direito ao ensino de qualidade, mantendo a tensão entre o projeto cultural e pedagógico e as pressões por facilitação.

## O ENSINO NOTURNO E O ESTUDANTE TRABALHADOR

	Ação Educativa Documentação
Código:	<u>Di ens</u>
Data:	<u>18/10/98</u>

Maria Clara Di Pierro

Nos anos recentes ganhou relevância a temática do ensino noturno de 1º e 2º graus, regular e supletivo, uma vez que ele vem se constituindo na prática, na alternativa de escolarização dos jovens e adultos trabalhadores.

A configuração do ensino noturno como educação dos trabalhadores resulta de diversos fatores.

Nas quatro últimas décadas foram intensos o crescimento populacional, a urbanização da população e modernização da economia brasileira, fazendo com que o ingresso no mercado de trabalho formal passe a requerer dos trabalhadores crescentes níveis de escolarização.

A democratização formal da educação no Brasil verificada nesse período não assegurou o acesso e permanência na escola de grandes parcelas das crianças das camadas populares. A falta de escolas e vagas escolares, especialmente nas zonas rurais e na Região Nordeste do país, combinada à necessidade de trabalho precoce de crianças e jovens nascidos em famílias de baixa renda fez com que milhões de brasileiros fossem privados de seu direito à educação básica.

A expansão do sistema escolar não foi acompanhada por investimentos compatíveis na melhoria das condições de ensino, formação e valorização do magistério, resultando na degradação crescente da qualidade do ensino, elevadas taxas de evasão e repetência e, conseqüentemente, índices de escolarização da população muito baixos.

Com a insuficiência de vagas para atender a demanda por escolaridade básica em oito séries (como determinou a Lei 5692/71) na faixa etária de 7 a 14 anos, o período noturno foi o desaguadouro de grande parte do ensino de 2º grau, das séries finais do 1º grau e de toda a educação básica de jovens e adultos. A desigual distribuição de renda, somada à crise econômica, por sua vez, impeliu a juventude brasileira a ingressar no mercado de trabalho cada vez mais cedo, restando-lhe o horário noturno como única alternativa para freqüência à escola.

Reconhecendo esse processo, a Constituição de 1988 ampliou o direito à educação básica gratuita para toda a população (independentemente de idade) e obrigou o Estado a oferecer ensino noturno, adequado às condições dos educandos.

Os diagnósticos sobre o ensino noturno, porém, têm apontado sérios problemas relacionados à inadequação da escola à população trabalhadora que a freqüenta, resultando em alarmantes índices de evasão e repetência e num sentimento generalizado entre estudantes e educadores de insatisfação com as condições e qualidade do ensino.

## **Quem é o estudante-trabalhador do ensino noturno?**

Uma caracterização genérica, baseada nas pesquisas existentes, diria que o estudante brasileiro do curso noturno é um trabalhador de ambos os sexos, relativamente jovem (predominando idades entre 16 e 25 anos), de baixa renda (com salários mensais inferiores a 2 salários mínimos), que ingressou precocemente no mercado de trabalho (por volta dos 13 anos de idade). A condição de trabalhador precede de estudante: a escola ocupa em sua vida lugar secundário em relação ao trabalho, já que é o trabalho que assegura sua sobrevivência e lhe permite estudar.

Nesse universo social amplo, convive uma grande diversidade de sujeitos.

Um primeiro tipo é o migrante rural-urbano ou inter-regional que teve nenhuma ou reduzida escolarização no local de origem e que necessita iniciar, prosseguir ou concluir a escolaridade básica para ingressar ou melhorar seu posicionamento no mercado de trabalho formal. Este segmento social foi, e talvez ainda seja maioria no ensino supletivo. Oriundos de uma cultura rural, esses trabalhadores-estudantes possuem uma representação tradicional da instituição escolar: respeitam e até mesmo mistificam o conhecimento acadêmico e a autoridade do professor. Por terem passado longos anos longe dos estudos não têm desenvolvidas habilidades escolares e são relativamente lentos no aprendizado. Os conteúdos escolares, definidos a partir de uma cultura urbana, são distantes de seu universo sócio-cultural.

A juventude urbana moradora da periferia, impelida pela pobreza ao trabalho precoce, é a maioria no ensino regular noturno e começa a sê-lo também no ensino supletivo. Marcados por experiências negativas na escola regular diurna (punições, reprovação, evasão, discriminação, exclusão, etc.), esses jovens possuem uma representação de escola negativa e assumem uma atitude agressiva em relação às normas escolares. Deslocando-se quase imediatamente do ensino diurno para o noturno, têm hábitos escolares adquiridos e aprendem com relativa rapidez. Nascidos em um período de crise econômica e forjados em uma cultura de massa combinada a códigos juvenis da rua, lutam para obter símbolos de consumo associados à juventude (música, roupa, esporte, linguagem) e são céticos quanto às perspectivas de vida.

Em ambos os segmentos vamos encontrar uma maioria de jovens (homens e mulheres) pobres e negros, estigmatizados pela discriminação racial e social. Uns reagem ao estigma introjetando os valores sociais que atribuem os fracassos escolares ao indivíduo, rebaixando sua auto-estima; outros reagem ao preconceito com agressividade e exacerbação dos signos de diferenciação sócio-cultural (“as feras da periferia”).

Verifica-se em períodos mais recentes a participação crescente no ensino noturno de segmentos empobrecidos da classe média que, tendo que trabalhar para completar a renda familiar, defendem-se da perda do status social alimentando expectativas de ascensão individual pela via educacional.



## **O significado da escola para o trabalhador-estudante**

O valor do conhecimento/saber escolar não está pré-determinado pelo contexto social. Para grande parcela desses jovens que vão à escola noturna, a cultura e o saber que a escola tradicionalmente veicula têm pouco ou nenhum valor intrínseco. Ela é um instrumento à consecução de outros objetivos: a obtenção do diploma necessário à competição no mercado de trabalho; a aquisição de signos culturais distintivos do ambiente urbano e da classe social dominante; a "ilusão" de ascensão social pela via da instrução; a preservação de um status social; a conquista de um espaço de sociabilidade juvenil; etc.

No entanto, não são estes mesmos objetivos perseguidos pelos educadores, que valorizam a relação educação-cidadania-desenvolvimento na elaboração do projeto pedagógico da escola. Cabe aos educadores propiciar a descoberta desses valores no processo de ensino-aprendizagem, transformando-o em uma experiência prazerosa e gratificante. A adesão ao projeto cultural e pedagógico da escola é meta e não requisito.

Por outro lado, o espaço social que a escola representa para esses jovens tem enorme valor intrínseco. A escola é o ponto de encontro entre iguais; diferentemente do trabalho, é um espaço de relativa liberdade de palavra e pensamento; é um espaço para expressão da afetividade que falta na família, para encontrar amizades e namorar, para escapar da solidão e encontrar alguma forma de divertimento. Nossa escola pública tem sistematicamente negado esta dimensão, impondo normas rígidas de comportamento, estabelecendo relações autoritárias, restringindo os espaços de convívio social, negando as dimensões afetiva e social do processo de ensino-aprendizagem.

Creemos ser possível reduzir a evasão escolar, conquistar adesão ao projeto cultural e pedagógico, melhorar o relacionamento professor-aluno e escola-comunidade, bem como enriquecer o currículo, mediante a simples aceitação do fato de que a escola noturna é um espaço de vida social para o trabalhador-estudante. Isso implica: democratizar as relações no interior da escola e flexibilizar as normas de conduta no ambiente escolar, aproximando-as dos comportamentos típicos da juventude; incentivar a organização dos alunos em grêmios, atividades esportivas, promoção de festas, excursões, etc.; planejar e organizar atividades sociais de expressão e enriquecimento cultural: teatro, música, estudos de meio, debates sobre temas atuais, feiras de ciências, mostras culturais, exposições e outros eventos.